

# Discriminação de gênero e participação política: a atuação da mulher sem terra

Luiz Antônio Afonso Giani<sup>1</sup>, Maria de Fátima Vianna de Souza<sup>1</sup>, Miryam Mager<sup>2</sup> e Renata da Silva<sup>2\*</sup>

<sup>1</sup>Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. <sup>2</sup>Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. \*Autor para correspondência: e-mail: [refenix@hotmail.com](mailto:refenix@hotmail.com)

**RESUMO.** O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada na área de Psicologia Comunitária, em um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, situado na região noroeste do Paraná. A investigação teve como objetivo conhecer a participação das mulheres nos processos decisórios realizados no acampamento. A utilização da metodologia da pesquisa participante possibilitou a inserção na comunidade e o conhecimento, de maneira mais aprofundada, do contexto no qual está inserida. A coleta de dados, através do relato de histórias de vida permitiu verificar os aspectos subjetivos que permeiam as relações sociais entre os acampados. A compreensão dos aspectos socioculturais presentes no acampamento e as relações de gênero ali estabelecidas são relevantes para a compreensão das características objetivas e subjetivas presentes na atividade e identidade da mulher Sem Terra. Esses constituem fatores importantes que determinam sua participação nas decisões que são tomadas no acampamento e a maneira como isso acontece.

**Palavras-chave:** relações de gênero, participação feminina, processo decisório, Movimento Sem Terra.

**ABSTRACT. Gender prejudice and political participation: the landless woman's performance.** The present article presents the results of a study carried out in the field of Community Psychology, in a camp of the Rural Movement of the Landless Workers (in Portuguese, MST), in the northwest area of Paraná state. The aim of the investigation was to know the women's participation in the decision processes accomplished in the camp. The use of participatory research methodology facilitated the insert in the community and deep knowledge of the context in which it is inserted; the collection of data through the report of life histories allowed to verify the subjective aspects that permeate the social relationships among the campers. The understanding of the current sociocultural aspects in the camp and the established gender relationships are relevant for understanding the objective and subjective characteristics present in the landless woman's identity and activity. These constitute important factors to determine their participation in the decisions made in the camp and the way as they are established.

**Key words:** gender relationships; female participation, decision process, Rural Movement of the Landless.

## Introdução

A questão de gênero tem suas definições formadas pela e na convivência social. O ser humano ao nascer é inserido em uma cultura da qual, na convivência com seus pares, apreende os aspectos que a caracterizam. Aprende os valores e as regras socialmente determinadas. Esse processo de socialização e apreensão da cultura ocorre, segundo Berger e Luckmann (1998), em duas fases: nos processos de socialização primária e secundária.

No processo de socialização primária o indivíduo é (in) formado - porque a socialização primária se dá do mundo externo (simbólico) para o mundo interno (subjetivo) - para ser um membro do seu mundo: para que esse processo realize-se é preciso que o sujeito apreenda os significados, as normas e regras sociais que circulam simbolicamente no mundo em que está inserido. Esse aprendizado já é cognoscitivo, embora envolva situações permeadas de emoções. Nessa fase, as relações do indivíduo são voltadas para o ambiente familiar, no qual

aprende obedecer a ordens e submeter-se à autoridade.

A socialização o secundária, segundo Berger e Luckmann (1998), corresponde a qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo, já socializado, em novos grupos sociais. Aqui ocorre a aprendizagem para o aprimoramento dos papéis sociais. Nesse período começa a apreender as determinações culturais que competem a cada membro do grupo social, e também, os papéis socialmente atribuídos ao homem e à mulher. Dessa forma, na interação com os adultos, a criança recebe “instruções” sobre as formas de como deve proceder em decorrência de seu sexo.

Os autores afirmam que a

*...atribuição de de papéis ocorre no contexto em que os conhecimentos estão ojetivados e são o comuns ao grupo social. A especificação de de papéis ocorre como forma de institucionalização da conduta. Ao desempenhar papéis o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele. (Berger e Luckmann, 1998: 103).*

A apreensão dos papéis socialmente determinados ao homem e à mulher é acompanhada de valores sociais que os tornam distintos na sedimentação e na apresentação concreta. Não só a conduta específica, mas as formas das vestimentas e das ferramentas masculinas e femininas são, via de regra, distintas. Portanto, a forma do homem ou da mulher ser é, em um primeiro momento, determinada pela cultura e só em um segundo momento, e muito mais tarde, pelo processo de desenvolvimento da socialização o secundária, essas formas podem sofrer modificações. Mas, isso implica, geralmente, que antes as condições de realidade ou contextos exijam essa mudança. A mudança, no que se refere a papéis institucionalmente constituídos em uma cultura, implica a “reversão do processo através da desinstitucionalização e a não ocorrência da legitimação que justifica a ordem institucional dando dignidade normativa a seus imperativos próprios”. (Berger e Luckmann, 1998:128). Como os valores e papéis são socialmente constituídos e institucionalizados, eles podem ser socialmente desconstruídos e reconstruídos para expressar formas distintas de comportar-se.

Partindo desse pressuposto, as pesquisas realizadas em torno da questão do gênero são, na maioria das vezes, voltadas para as questões do feminino, pois procuram enfatizar a atuação da mulher na sociedade. Isso se observa basicamente a partir da premissa de que o mundo dos homens e que a mulher - menos importante na sociedade -

aprende a ser cordata, submissa e voltar-se para questões familiares. Isso significa, simbolicamente que o mundo social da mulher é dentro das quatro paredes de sua morada. Na medida em que essa distribuição e acomodação da mulher, na sociedade, dificulta o trânsito e sua relação, fora da família extensa, ela fica marginalizada. E marginalizada duas vezes: uma pelo contexto fechado e restrito, e outra, por estar e ser mais fechada no seu espaço vital, sofrer um atraso em relação ao desenvolvimento geral da sociedade. Assim, fica mais burra, mais emotiva, mais devagar, entre outras atribuições preconceituosas.

A opressão e a discriminação de gênero são, também, agravadas pelos fatores sociais e econômicos presentes no meio social ao qual a mulher pertence.

Moraes (1976), em um artigo no qual discute os aspectos econômicos envolvidos na questão o feminina, aborda o tema da opressão e exclusão da mulher. Tal discussão ainda se mostra pertinente para os dias de hoje no que se refere à distinção entre classes sociais, pois:

*A diferença existente entre a função econômica que caracteriza as famílias das classes proprietárias e das classes trabalhadoras... implica em diferentes conteúdos para a opressão e especifica das mulheres destas duas classes... No primeiro caso a mulher é oprimida enquanto pertencente ao sexo feminino e, no segundo, existe uma dupla opressão, determinada pelo sexo e pela origem da classe... (Moraes, 1976:159).*

Dessa forma, segundo a autora, a mulher torna-se alienada de seu papel social, pois há a discriminação entre o trabalho produtivo, realizado pelo homem, a quem é atribuído o papel de mantenedor da família e o trabalho da mulher, a quem são delegadas as funções reprodutivas que, na maioria das vezes, ocorrem junto e ao lado das atividades produtivas (a dupla jornada). A dupla jornada de trabalho das mulheres que vivem no meio rural não ocorre de forma diferente daquela das mulheres do meio urbano, mas adquire algumas características próprias.

A respeito das relações de gênero presentes no meio rural, Ferrante e Barone (1998: 122), observaram:

*...a imposição de uma organização social de gênero é cotidianamente alimentada por atitudes simbólicas e concretas geradoras de exclusões. A mulher, assim como o homem assentado, buscam se firmar num terreno desconhecido de regras desconhecidas e violências dissimuladas. Pesa sobre ela, além disso, a violência s vezes explícita do patriarcalismo.*

No entanto, entre os trabalhadores rurais que fazem parte do MST, a igualdade de gênero é uma meta que pretendem alcançar, pois partem do princípio de que sua luta não deve girar apenas em torno da reforma agrária, mas também tem como objetivo promover uma sociedade realmente democrática, na qual mulheres e homens tenham a oportunidade de partilhar as tarefas e decisões, melhorando seu convívio na medida em que suprem as condições e, por consequência, as relações desiguais.

Dessa forma, os objetivos da pesquisa aqui apresentada giraram em torno das maneiras como as relações de gênero ocorrem na prática social de uma comunidade Sem Terra. Para tanto, foram considerados o contexto do acampamento e as determinações do MST, que visam promover mudanças nas relações sociais e na discriminação de gênero entre seus membros.

A utilização do método participativo, com a realização de um trabalho de campo, possibilitou conhecer aspectos das relações sociais estabelecidas entre os (as) acampados (as); possibilitou, também, a realização de entrevistas de histórias de vida, as quais foram analisadas procurando focar a maneira como a mulher acampada percebe as relações de gênero que se estabelecem no acampamento e sua participação no processo decisório.

### Mulheres e homens no MST

No processo de construção de uma sociedade igualitária, na qual não ocorre discriminação entre homens e mulheres, na atribuição de poder e atitudes de opressão, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra busca a desinstitucionalização de papéis distintos entre os gêneros. Para implementar esse objetivo, o MST leva a seus membros, através de seu Coletivo Nacional de Gênero a proposta de mudança

*“Discutir sobre a participação e a formação da mulher é de fundamental importância para o avanço da luta pela terra, pela Reforma Agrária e para a transformação da sociedade. Pois mulheres e homens podem e devem vencer os preconceitos que nos impedem que sejamos livres e iguais”.*  
(Coletivo Nacional de Gênero do MST, 2000: 4).

Com base em tal proposta, as primeiras tentativas efetivas ocorrem na procura de construir a igualdade entre mulher e homem. Entretanto, como processo de mudança cultural envolve, primeiro, a desinstitucionalização de papéis socialmente construídos e, segundo, a institucionalização e aprendizagem de novas formas de relação. Desinstitucionalizar sempre é um processo mais

penoso, pois envolve e aborda, na relação concreta e cotidiana, todas as resistências humanas envolvidas com os significados que até então o atribuíam segurando àquela comunidade. Abrir não é do instante do significado, em um primeiro momento, largar-se ou abrir-se ao, ainda, desconhecido. Aceitar a aventura do novo requer muita discussão e reflexão. Os aspectos simbólicos e significadores das atividades prático-concretas devem ser analisados e questionados na mesma medida em que a ação e o seu resultado impositivo fiquem evidentes pela demonstração concreta.

Na verdade, é essa necessidade de fazer com que os controles opressivos fiquem à mostra, a mais difícil de ser realizada. Isso porque os próprios educadores, muitas vezes, ainda estão controlados, nas suas relações cotidianas, com papéis autoritários. Não é o educador que sabe o que deve vigiar: o educador deve ser capaz, isso sim, de conduzir o processo de discussão e análise, por um lado; e, por outro, deve ser capaz de incluir e dar a palavra a todos os envolvidos, para que eles - homens e mulheres juntos - pela discussão, reflexão e encaminhamento, sejam induzidos a traçar os caminhos alternativos.

Mas, tais mudanças não ocorrem de um momento para outro. Ao contrário, essa aprendizagem envolve um processo árduo e longo, pois consiste em deixar de reproduzir valores, maneiras de ser e relacionar-se com os demais membros do grupo tidas como naturais e únicas. A dificuldade principal refere-se às relações familiares, nas quais as relações de poder ocorrem de forma mais sutil e arraigada. A aprendizagem de novos papéis envolve a constituição de relações em que não é mais possível haver a sujeição de uma pessoa pela outra.

Diante dessa análise e das propostas apresentadas, pequenas mudanças começam a ocorrer, como tentativa de superar os padrões instituídos. Pesquisas realizadas em áreas de assentamentos observaram que o novo espaço conquistado ainda é permeado de rupturas e mudanças, que envolvem a reelaboração de significados, valores e conceitos. Gempel (2000), constatou que esse processo de reelaboração de novas formas de se relacionar entra no cotidiano das famílias, na construção de um novo modo de vida. Dessa forma, citando D'Aquino, afirma que

*“... a construção de um novo estilo de vida implica no rompimento de algumas raízes culturais de estruturas de poder presentes no cotidiano. Na ruptura das práticas e relações cotidianas, a mulher atrai desde sua presença ativa no cenário econômico-político-social dos assentamentos rurais coletivos, aos poucos está tornando-se um elemento chave...”*  
(Gempel, 2000:122).

O trabalho de Gempel (2000) evidencia que os processos de mudança em áreas que o trabalho gira em torno do sistema cooperativo, como ocorre nos assentamentos e acampamentos coletivos, a situação da feminina ganha novas proporções e a mulher assume a identidade de membro ativo do grupo social ao qual pertence. No entanto, Lechat (1993) constatou que, embora as mulheres trabalhem para que ocorra o processo de transformação das relações de gênero, elas ainda se sentem divididas entre suas responsabilidades como mãe, dona de casa, trabalhadora rural e com o trabalho de militante, quando chamadas para atuar junto ao Movimento.

Segundo Lechat (1993), quando o homem sai para participar da militância, a mulher assume todas as atividades: as suas e as dos homens, ou seja, conta do trabalho produtivo e reprodutivo. Assim, sua participação como militante fica mais comprometida, embora, seja a mais cobrada. Quando o sistema de produção adotado é o coletivo a responsabilidade assumida pela mulher é menor, tanto em termos de trabalho produtivo quanto, também, no trabalho reprodutivo, pois a divisão do trabalho no sistema cooperativista facilita a participação das mulheres nas atividades políticas; além mesmo pelo fato de as decisões serem tomadas em conjunto com todos os membros do grupo, torna mais própria a ocorrência da participação da feminina.

### As relações de gênero no acampamento

Nosso trabalho específico na investigação da participação da feminina nas decisões tomadas no acampamento foi orientado pela pesquisa participante (Brandão, 1981). Essa metodologia permitiu conhecer o modo de vida dos acampados e membros do MST, e também, conhecer suas determinações para manter a luta pela terra e realização da Reforma Agrária. A escolha desse método justificou-se por facilitar a inserção dos pesquisadores em um campo desconhecido, além de que possibilitou a compreensão e a participação das pesquisadas durante a realização do trabalho.

Dessa forma, a inserção dos pesquisadores na comunidade em questão, através da realização de um trabalho de campo, foi fundamental para conhecer aspectos das relações sociais estabelecidas entre os (as) acampados (as). O trabalho de campo contribuiu, também, para o estabelecimento de um vínculo entre pesquisadores e mulheres acampadas, o que possibilitou a realização das entrevistas de histórias de vida, que foram feitas com as mulheres que apresentavam um vínculo mais próximo aos pesquisadores. Foram realizadas doze entrevistas, gravadas e transcritas para que os dados fossem

preservados. Desses relatos foram analisados os fatores históricos, sociais, políticos e culturais presentes no processo de socialização que influenciaram na formação da subjetividade e na construção da identidade das mulheres entrevistadas; fatores esses que refletem diretamente na atuação de seus papéis sociais de mulher e de Sem Terra.

O acampamento que visitamos para a investigação fica situado na região noroeste do Paraná, sendo denominado Acampamento São José. O local do acampamento é o espaço para por em prática a estratégia geral de luta do Movimento. A característica de mobilização nesse acampamento - que foi a ocupação de um latifúndio considerado improdutivo - é a de pressionar a desapropriação das terras para viabilizar o assentamento, que, finalmente, incorpora-se no processo de reforma agrária.

No acampamento em questão, vivem quarenta famílias, que se dividem nos sistemas de produção coletivo, semi-coletivo e individual. Aqui também as mulheres desempenham atividades produtivas, reprodutivas e algumas, ainda, desempenham o papel de militantes do MST. Como ainda não está legalizada, as famílias não recebem os recursos para viabilizar mais efetivamente uma produção adequada e, por esse mesmo motivo, convivem, de fato e constantemente, com a possibilidade da desocupação forçada. Se a desocupação acontecer, isso significa para eles o abandono da área em que vivem, juntamente com o que conseguiram produzir até o momento.

A realidade do acampamento apresenta situações de violência, ora dissimuladas, ora explícitas somadas à angústia constante que os moradores que vivem na área sofrem. Para manter o grau de angústia e incerteza, sempre são assombrados com boatos ou acontecimentos reais em outros acampamentos da região, mas que tornam o sentimento de risco da própria desocupação mais presente e ameaçador para eles.

Em relação às mulheres, especificamente, além da violência decorrente da situação do acampamento, ocorre ainda a violência decorrente da discriminação e opressão a que são submetidas, devido às relações de poder e opressão que, ainda, ocorrem no contexto familiar. Diante desses conflitos, a participação da mulher não apenas no que se refere à militância no Movimento, mas também em relação ao processo decisório, que visa o desenvolvimento do acampamento como um todo, ocorre de forma mais clara em alguns aspectos, embora variem de acordo com o modo de produção

(lote cooperativo ou lotes individuais) adotado pelas famílias.

Através dos relatos de histórias de vida das mulheres acampadas, foi possível observar que as mulheres cujas famílias fazem parte do grupo coletivo apresentam um discurso que reflete as situações de sua realidade social, ou seja, a situação de cooperada influencia mais fortemente uma percepção e narrativa coletiva em torno da participação nas decisões políticas, sociais e econômicas. Um exemplo de relato, que evidencia essa característica:

*O que a gente espera de agora em diante é que a gente não enfrente tanta dificuldade igual já enfrento né, de agora em diante a gente espera que normalize, que a terra saia o quanto antes né, e que a gente possa dormir em paz né, porque a gente não tem paz, é que fica preocupada com despejo, com coisa, como a gente já teve lá um tempo atrás né, que nós távamos senão ameaçado de despejo, a gente se preocupou um pouco né, então a gente espera que não aconteça mais porque não é fácil, depois de você pensa que você tá assentado e é despejado, não é fácil de novo, ter que começar tudo de novo, que nem nós já tivemos as coisas tudo encaxotada, tudo pronto né, esperamos o despejo né, porque a política távamos por aqui fazemos despejo, mas graças a Deus que passaram e não chegaram aqui. [sic.]. [Grifos nossos]. (T., 2001, acampada e membro do grupo coletivo).*

Nos relatos de mulheres pertencentes às famílias que optaram pelos lotes individuais, ou seja, pelo modo todo individual de produção, apresenta-se uma narrativa de sucesso e adequação individuais, como mostra o relato a seguir:

*Eu participo dos encontros aqui quando tem, fora também, eu já conheci muitos lugares..., em várias cidades eu já participei de cursos..., então é uma coisa que a gente cresce, a gente cresce tanto, assim cresce tanto no conhecimento né, participando desses cursos, faz novas amizades, conhece pessoas novas, troca experiências... [sic.]. [Grifos nossos]. (E., 2001, participante do grupo que decidiu pelos lotes individuais).*

Ou, ainda, como nesse relato:

*...então o que eu queria era isso né, consegui assim alguma coisa no fim, porque a gente tendo um lote individual, tendo coragem de trabalhar vence, porque eu sei que é bom, as lavouras né, é só plantar que colhe, não pode ficar sentado dentro de casa com os braços cruzados né, aí não consegue nada, mas é lutar e ter vontade de trabalhar, vence, então eu penso que vou ter um lote individual, mas eu não lutar, não trabalhar, que nem eu tenho plano pra mexer com planta, com flor né, vender flor, eu acho que isso é uma coisa assim, eu sei que dá dinheiro e eu tenho muita vontade de mexer com planta, ... e tenho vontade de fazer um curso de enfermagem e eu vou fazer, tenho fé em Deus que eu vou fazer. [sic.]. [Grifos nossos]. (D., 2001, participante do grupo que decidiu pelos lotes individuais).*

Nesses trechos, que compõem os relatos de histórias de vida de algumas das mulheres acampadas, é possível verificar as diferenças apresentadas no que diz respeito à percepção da situação de duas diferentes realidades sociais presentes, lado a lado, no mesmo meio. Esses relatos refletem aspectos da participação da mulher, suas expectativas e planos para o futuro. Entretanto, a participação das mulheres na situação coletiva é mais claramente percebida e apresentada no relato; diferentemente do que ocorre nos relatos das mulheres que administram os lotes individuais, pois o seu relato de participação e desejos também é mais individual.

Embora essa apresentação aborde a perspectiva de atuação das mulheres nas diferentes situações de acampamento, de maneira bastante rápida e geral, é importante ressaltar que a realidade coletiva ou individual participa da composição e significação dos relatos. E que os relatos de cada participante são o expressão do grau de consciência e da atuação efetiva que puderam desenvolver até o momento.

### Considerações finais

A realidade do acampamento pesquisado gera inseguranças e angústias. Como os acampados, desconhecemos exatamente quais são os empecilhos que fazem com que esse problema social se arraste durante anos na justiça e impeça que a fazenda seja desapropriada e transformada em assentamento, já que foi considerada improdutiva pelo INCRA há algum tempo.

Além disso, os transtornos causados pela desigualdade de gênero também estão presentes nesse contexto, decorrentes das relações de poder que o patriarcalismo promove. Dessa forma, a mulher acampada está inserida em um meio permeado por valores e regras culturais que influenciam direta, ou indiretamente, sua participação nos processos decisórios no acampamento. Isso parece ser decorrente das diferenças estabelecidas pela questão de gênero negro, na qual através da educação e socialização são formados e institucionalizados os papéis sociais que competem ao homem e à mulher; como ainda cabe ao homem exercer a função - mandar - nos grupos sociais aos quais pertencem a mulher e a criação, a atividade feminina continua, basicamente, amarrada às atividades no lar.

Parece-nos que a diferença existente entre os papéis feminino e masculino contribui para que a mulher não demonstre interesse ou não se sinta motivada para participar de discussões referentes ao acampamento ou da militância, pois a maioria das

mulheres acha natural que sua função social seja restrita aos cuidados da casa e dos filhos e reproduz tais valores. Por esse motivo, a mulher não é apenas oprimida ou alienada pelo patriarcalismo presente nas relações familiares, mas, também, deixa-se oprimir, omite-se na busca pela igualdade social entre os gêneros. A inculcação estabelecida pela educação tradicional levou-a a não considerar a sua participação como relevante para atingir seus objetivos.

A naturalização dos papéis tradicionais, reproduzida pela mulher, não minimiza, muito pelo contrário, potencializa a violação que ela sofre no contexto doméstico, nas mãos de maridos controladores e desesperados. Isso faz com que a opressão, que afeta e exclui a mulher acampada, seja dupla: a de gênero e a de classe social (que também afeta o homem). Os resultados dessas opressões são os sentimentos de desesperança, humilhação, medo, angústia, revolta, gerando como consequência, patologias sociais como o alcoolismo e a depressão - que aqui não podem ser consideradas de outra maneira senão como decorrentes do sofrimento psicossocial (Sawaia, 1995).

Como um movimento social que luta por uma sociedade mais justa e igualitária, o MST busca promover entre seus membros a igualdade de gênero. Pode-se considerar que essa determinação contribui para a atuação das mulheres que já perceberam que os valores tradicionais, que diferenciam os papéis referentes aos gêneros não são naturais e que, portanto, podem ser mudados.

Embora existam incoerências entre os discursos proferidos pelo MST e algumas práticas de seus membros, no acampamento existem mulheres comprometidas com as mudanças sociais que desejam, tanto na igualdade de gênero como, também, na conquista de seus direitos como cidadãs. Essas mulheres participam de forma ativa dos processos decisórios no acampamento e promovem discussões que visam incentivar o comprometimento de outras mulheres acampadas.

Parece-nos que a desunão existente no grupo de mulheres acampadas - cuja gênero ainda deve ser investigada - dificulta que essas discussões frutifiquem e resultem, senão em mulheres politicamente ativas no que se refere às discussões para o desenvolvimento da área em que vivem, ao menos conscientes de seus direitos e comprometidas com a luta pela igualdade social de gênero e classe.

Se fossem respeitadas as pluralidades existentes e o grupo se tornasse mais coeso, a atuação dessas mulheres possivelmente seria maior.

Quando se observa um determinado grau de participação da mulher essa é, na maioria das vezes, situação ignorada pela própria mulher; pois como ela se percebe apenas ligada à sobriedade dentro do ambiente familiar, restringe e percebe sua relação com o marido apenas dentro desse limite e não se dá conta - quando de fato teve participação na tomada de decisões - que pelo menos "ajudou" no encaminhamento de alguma solução extra-moradia. O fato de não participar, ativa e concretamente, de reuniões do grupo, por exemplo, faz com que considere sua participação insipiente. Aqui, mais uma vez, estão os reflexos das diferenças de gênero, pelo fato de que, segundo os padrões tradicionais, a mulher não participa de decisões.

## Referências

- BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRANDÃO, C.R. (Org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO DO MST. *Mulher sem terra*. São Paulo: GH Gráfica e Editora, 2000.
- FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Homens e mulheres nos assentamentos: violação, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20/21, p. 121-147, 1998.
- GREMPEL, M.B. *Os assentamentos rurais coletivos do noroeste do Paraná e a participação da mulher nos processos de luta*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2000.
- LECHAT, N.M.P. *A questão de gênero no Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul*. 1993. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.
- MORAES, M. A questão feminina. In: *Estudos Cebrap*. São Paulo: Brasiliense, abr/mai/jun, 1976.
- SAWAIA, B.B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: SAWAIA, B.B.; LANE, S.T.M. (Org.). *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1995. Parte III, p. 157-168.

Received on November 07, 2002.

Accepted on April 30, 2003.